

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANNA LETICIA NUNES DA SILVA

A INSERÇÃO DO IDOSO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS
NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

JUAZEIRO DO NORTE
2018

ANNA LETICIA NUNES DA SILVA

**A INSERÇÃO DO IDOSO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS
NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação do Prof. (a) Ms. Helaide Mendonça

**JUAZEIRO DO NORTE
2018**

ANNA LETICIA NUNES DA SILVA

**A INSERÇÃO DO IDOSO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS
NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação do Prof. (a) Esp. Helaide Mendonça

Apresentada em __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Prof. (a) Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça
Orientadora

Prof. (a) Esp. Francisca Jácsa Vieira de Caldas
1º Examinador

Prof. (a) Ms. Márcia de Sousa Figueiredo T.
2º Examinador

**JUAZEIRO DO NORTE
2018**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora por mais uma etapa da minha vida que está sendo concretizada com muito amor e dedicação. No mais, agradeço também a minha família, em especial a minha mãe e a minha avó que nunca desacreditaram na minha capacidade e no meu desempenho para concluir meu projeto de vida que é a conclusão da minha faculdade e com muita dedicação e amor me ajudaram durante todo esse tempo.

Agradeço também aos professores e coordenadores da instituição que passei durante todos esses anos, pelo o ensinamento e dedicação em me manter disciplinada, pela alegria e educação que todos os dias tive o prazer de receber e transmitir, em especial a coordenadora Márcia por sempre ter acreditado na minha capacidade e por sempre compreender minhas dificuldades durante esse período.

E agradeço imensamente a minha orientadora Helaide, que foi um grande pivô na realização desse projeto, com sua capacidade de compreensão, dedicação, e por sempre transmitir alegria em educar e ajudar na conclusão de mais um ciclo que aqui se conclui.

RESUMO

O movimento mundial pela inclusão se tornou uma ação política, social, e pedagógica, para que em defesa dos direitos de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem haver nenhum tipo de discriminação. Portanto, a educação inclusiva estabelece um paradigma educacional pelo qual se fundamenta na perspectiva dos direitos humanos, de igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. A presente pesquisa tem como objetivo, a identificação do papel que a educação insere na vida do idoso e nas possibilidades de mudanças que o benefício da alfabetização traz para a vida desses indivíduos, analisando as diferentes formas de inserção e integração do idoso no contexto educativo e na efetivação dos direitos. No entanto o trabalho teve como fontes metodológicas as pesquisas de origem exploratória e explicativa de natureza bibliográfica trazendo uma abordagem qualitativa, visando contribuir para uma melhor reflexão social, e crítica acerca da realidade a qual está submetida essa parte da população que sofre por não terem o acesso à educação, onde na terceira idade enfrentam diversas expressões da questão social por não terem conhecimento dos direitos básicos, e sendo assim, tem como visão, uma forma de reeducação social para os mesmo de forma que amenize os impactos sofridos pela atualidade, e/ou danos acarretados ao idoso pela ausência desta. O Capítulo I vem trazer um breve histórico do surgimento das políticas de atenção à alfabetização de idosos, onde logo em seguida no Capítulo II tem-se a maior visibilidade nas questões frequentes da questão de emponderamento e efetivação dos direitos de idosos em relação aos direitos básicos, focando a educação como direito para o idoso. E para finalizar a pesquisa, o Capítulo III traz os meios metodológicos utilizados na pesquisa, e também a relação dos desafios enfrentados por idosos na atualidade por a falta dos direitos e da educação como fonte de aprendizagem na sua vida.

Palavras-chave: Idoso, Educação, Direitos, Alfabetização.

ABSTRACT

The worldwide movement for inclusion has become a political, social, and pedagogical action, so that in defense of the rights of all students to be together, learning and participating, without any discrimination. Therefore, inclusive education establishes an educational paradigm based on the perspective of human rights, equality and difference as inseparable values, and which advances in relation to the idea of formal equity in contextualizing the historical circumstances of the production of exclusion inside and outside school. The aim of this research is to identify the role that education plays in the life of the elderly and the possibilities of changes that the benefit of literacy brings to the lives of these individuals, analyzing the different forms of insertion and integration of the elderly in the educational context. in the realization of rights. However the work had as methodological sources the exploratory and explanatory research of bibliographic nature bringing a qualitative approach, aiming to contribute to a better social reflection, and criticism about the reality that this part of the population suffers because they do not have access to education, where in the third age they face different expressions of the social question because they do not have knowledge of the rights basic, and thus, has as a vision, a form of social reeducation for them in a way that softens the impacts suffered by the present, and / or damages caused to the elderly by the absence of this. Chapter I provides a brief history of the emergence of care policies for elderly literacy, where in Chapter II, there is a greater visibility in the frequent questions of the question of empowerment and enforcement of the rights of the elderly in relation to basic rights, focusing on education as a right for the elderly. And to finalize the research, Chapter III brings the methodological means used in the research, as well as the relation of the challenges faced by the elderly in the present time by the lack of rights and education as a source of learning in their life.

Keywords: Elderly, Education, Rights, Literacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAP. I – O IDOSO E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO: UMA INCLUSÃO NECESSÁRIA.....9

- 1.1 A inclusão de pessoas idosas no processo educacional atual.....9
- 1.2 Reflexões sobre aprendizagem e a alfabetização da pessoa idosa.....16

CAP. II – IDOSO E EDUCAÇÃO, UMA APRENDIZAGEM NECESSÁRIA PARA GARANTIA DOS DIREITOS.....21

- 2.1 A inserção do idoso na política de educação e os desafios na efetivação dos direitos.....21
- 2.2 Desafios e superação na efetivação dos direitos dos idosos no âmbito educacional.....24

CAP. III - A IMPORTANCIA DA INSERÇÃO DO IDOSO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA ATUALIDADE.....28

- 3.1 Metodologia.....28
- 3.2 Análises da importância que se tem a inserção do idoso na política de educação e na efetivação de direitos a partir da perspectiva envolvendo os idosos do grupo de idosos do cras timbaúbas na cidade de Juazeiro do Norte – CE.....30

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....40

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal mostrar a importância que a alfabetização tem para a vida da pessoa idosa diante das mazelas da sociedade, na intenção de apresentar que para o idoso a alfabetização traz inúmeros benefícios no enfrentamento da questão social e na efetivação de direitos. Também vem mostrar o poder da inclusão na dinâmica de que a aprendizagem faz com que o preconceito seja quebrado no âmbito escolar, na família, nas relações sociais etc.

O tema escolhido mereceu destaque especial na intenção de buscar a ampliação de conhecimento e para além dos fatos, adquirir respostas para algumas questões que se apresentam como inquietações adquiridas no período de estágio supervisionado na instituição onde foi realizada a pesquisa sobre a temática aqui exposta.

Em relação aos meios metodológicos utilizados, consiste em um estudo de caráter qualitativo, quanto às técnicas que foram utilizadas nesta pesquisa, foram às técnicas bibliográficas e de observação. O início da pesquisa foi feita através da ida em campo, pelo meio da instituição de realização do estágio supervisionado I e II, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado na cidade de Juazeiro do Norte – Ceará no bairro Timbaúbas, logo após à identificação veio através de observações e ações mediante a instituição buscando o aprofundamento através da pesquisa bibliográfica que cita alguns autores que também abordam e fazem um estudo mais profundo sobre o tema.

O trabalho em exposição está dividido em três partes, aonde a primeira vem abordar um pouco da historicidade do tema, englobando a importância da alfabetização na vida da pessoa idosa, o segundo capítulo vem mostrar a importância que tem a alfabetização no cotidiano desses indivíduos, e os benefícios que a mesma traz para o enfrentamento das questões diárias e na efetivação de direitos, e para finalizar o trabalho, o terceiro capítulo traz os resultados encontrados com base nas análises e reflexões obtidas através da pesquisa bibliográfica e por meio do período de estágio no CRAS.

CAP. I – O IDOSO E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO: UMA INCLUSÃO NECESSÁRIA

1.1 A inclusão de pessoas idosas no processo educacional atual.

Na década de 60 no Brasil, surgem novas abordagens na Educação, as mesmas pautadas pelas reflexões de Paulo Freire. Onde as experiências educativas aconteciam fora dos muros escolares. Uma educação popular, geralmente de caráter não formal. Paulo Freire (1982, p. 43) defende que a relação de respeito entre os povos e sua Cultura, seu modo de ser deve estar presente a todo o momento na sociedade. “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

De fato toda educação deve ser pautada em um diálogo que tenha o encontro entre os homens e mulheres, na busca pela transformação da humanidade, aderindo uma sociedade mais abrangente ao reconhecimento de diferentes culturas, de proporcionar o encontro da diversidade de povos, raças e etnias.

É importante pautar que, nessa perspectiva asseguramos que a inclusão de pessoas idosas no âmbito educacional se torna mais viável, aderindo a uma visibilidade maior e mais leve para a garantia de proporcionar um encontro de diversas questões que rodeiam uma determinada classe.

É importante também salientar que a educador deve se preocupar com a liberdade do indivíduo na discussão e no diálogo a respeito de sua aprendizagem, respeitando assim a sua realidade e à cultura de quem está sendo educado.

As políticas de inclusão têm sido fortemente enfatizadas a partir da década de 90, marcado pelo o sistema neoliberal e por uma política de Estado mínimo, é também encontrar uma forte valorização da educação por mais contraditórios que sejam os discursos das políticas educacionais vigentes na época.

Para Gimeno Sacristán (2001, 123):

A diversidade na educação é ambivalência, porque é desafiadora a satisfazer, realidade com a qual devemos contar o problema para o qual há respostas contrapostas. É uma chamada a respeitar a condição da realidade humana e da cultura, forma parte de um programa defendido pela perspectiva democrática, é uma pretensão das políticas de inclusão social e se opõe ao

domínio das totalidades únicas do pensamento moderno.

A preocupação com a diversidade não é algo novo na educação, na atualidade esse conceito de acordo com está relacionado às aspirações dos povos em busca de liberdade, ou seja, de exercer a sua autodeterminação. Diversidade auxilia para o entendimento das múltiplas culturas, vínculos sociais são construídos.

Ou seja, todo cidadão tem direito à educação e a garantia do pluralismo de ideias e de concepção do Estado nas suas diversas categorias. Um dos maiores desafios encontrados na educação, se associa no desenvolver o respeito à diversidade, de modo à construir um projeto pedagógico que contemple as diferenças particulares de cada um dos indivíduos.

Da mesma forma, fora do âmbito educacional se encontra em partes desafios enormes nessa inclusão, a ênfase pautada no idoso que não se encontra mais com estrutura de desenvolver suas atividades laborativas, acarreta na exclusão, fazendo com que os mesmo sintam-se incapazes de produzir qualquer tipo de atividade, principalmente quando se trata dos seus direitos.

A sociedade vem se transformando e desse modo encontramos implicações, principalmente nas partes mais importantes, como por exemplo, na área educativa, na vida familiar, no âmbito econômico, no lazer, e até mesmo em relações de parcerias amorosas. A diversidade de motivação, diversidade de capacidade e, também diversidade cultural e como reflexo disso, o idoso se encontra desmotivado para produzir uma vida saldável e social.

Tratar o envelhecimento apenas como um aspecto de vivencia mais longa é um fato que merece atenção, pois esse aspecto trata-se de que o envelhecimento é apenas uma questão de vida longa deixando de salientar o fato de que os indivíduos merecem atenção e desenvolvimento humano de forma em que coloque em prática suas atividades laborativas deixando os mesmos a vontade como qualquer outro nível de idade inferior. Ou seja, o envelhecimento populacional atualmente é um fenômeno universal, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento como o Brasil e, diante de tal fato, tem merecido especial atenção a questão das políticas públicas que viabilizem não só que as pessoas vivam mais anos, mas que esses sejam acrescidos de qualidade de vida quanto a aspectos biopsicossociais.

Para os idosos uma boa qualidade de vida é definida pela capacidade de cumprirem suas funções diárias básicas adequadamente e viver de maneira independente. Para tanto, três aspectos são considerados fundamentais para um bom envelhecimento ou na manutenção de uma qualidade de vida ideal, como: liberdade de doenças, engajamento e competência física e mental (DIOGO; NERI; CACHIONI, 2006).

Devido a esse grande e rápido aumento mundial da população faz-se necessário, segundo Oliveira (2013), “superar a ideia de assistencialismo ou de infantilização da velhice pela valorização do idoso”, estimular a prática de diferentes atividades, se torna para o idoso uma forma mais saldável de conviver e socializar com os demais aspectos sociais, praticando e possibilitando a melhoria e qualidade de vida, na aquisição de novos conhecimentos, sejam no na ênfase dos seus direitos como no exercício da cidadania em sua totalidade.

As mudanças estão intimamente ligadas a valores que influenciam o emocional da pessoa idosa, desse modo trazendo consequências positivas e/ou negativas na vida de cada um, isoladamente ou em comunidade. Pode-se dizer, portanto, que a educação é ponto chave para desenrolá-lo dessas transformações necessárias na vida dos idosos. Através da mesma e sendo incentivado, o idoso tende a adquirir interesses maiores, que certamente vão abrir caminhos para sua inclusão no mundo das tecnologias, que movimentam todo o modernismo atual.

Os preconceitos acerca da velhice refletem as faces da discriminação e opressão que muitos idosos sofrem, por o simples fato de serem considerados sujeitos improdutivos e sem capacidade de aprender. Quando na verdade o idoso tem muito a oferecer, exercendo o papel social como cidadão capaz de produzir inteiramente sua capacidade intelectual, política, social, cultural, etc. nesse sentido, o idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade, pela qual, por muitas vezes os oprime.

Ao considerar tal afirmação de que o idoso é um ser improdutivo, quando na verdade o que acontece é a falta de oportunidade de se exercer como cidadão capaz de

produzir normalmente suas atividades, seus conhecimentos passam a serem vistos como ultrapassados e suas experiências não tem significado.

A iniciativa e motivação do idoso no próprio contexto social passa a perder o foco diante do próprio contexto que o faz acreditar que o mesmo é vítima de discriminação, e aí a desmotivação passa a exercer com maior ênfase nas decisões do idoso. Sendo levada à inatividade, a auto-crítica e à baixa auto-estima nessa condições, o idoso torna-se cada vez mais oprimido pela própria sociedade e também, muitas vezes pelos seus pares e familiares. Segundo Rodrigues e Soares (2006, p.16),

A presença do idoso na família pode ter muito a contribuir para o grupo, uma vez que ele, além de ter uma história pessoal a oferecer ao ambiente, representa ainda a história da estrutura familiar em si. São eles, os transmissores de crenças, valores que contribuem para a formação de indivíduos conscientes de suas raízes ajudando a construir seus referenciais sociais.

Podemos compreender a educação como um importante conhecimento e experiências quando estiverem necessitando de novos contatos sociais, interação e inclusão social. Observasse que as pessoas idosas estão começando a serem percebidas como sujeitos pensantes que tem muito a ensinar e oferecer no âmbito da socialização, porem ainda tende muito a aprender, demonstrando uma grande necessidade em aprendizagem e experiências.

A educação é vista como um meio de libertação e conhecimento de novas experiências na terceira idade, fazendo do idoso umas pessoas mais ativas, sentindo que ainda é útil em relação ao mesmo que está inserido socialmente.

A educação tem um papel político fundamental; ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências (GADOTTI, 1984).

Contudo, nessa realidade, percebe-se que muitas vezes o idoso é visto como incapaz de estabelecer suas aspirações cabendo somente o que lhe é imposto ou referido, quando na verdade ao se inserir ao âmbito educacional o idoso tende muito

mais a exercer de forma flexível e dedicada atividades que lhe são impostas, cabendo ao mesmo o reconhecimento como cidadão útil ao âmbito social e estabelecendo em si o próprio empoderamento de seus direitos e deveres na sociedade.

A evolução social é decorrente do aprendizado educacional do ser humano, deve-se haver uma integração do indivíduo, só assim haverá um desenvolvimento e a transformação de caráter permanente ao mesmo. Nesse ponto, Gadotti (1984: 69) afirma que a educação permanente visa uma “Educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo.” Ela “sustenta a ideia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução”.

Ou seja, a estrutura educacional passa a ser pensada de forma em que, emergindo do pensamento escolar, não o descaracterizando, assegura que o processo de aprendizagem não se completa somente nos bancos escolares.

É nessa perspectiva que imprescindível é reconstruir uma completa e compreensível imagem da educação ao longo da vida nas diferentes sociedades, mas aderindo o fato de crescentes aspirações e demandas que possam atuar com determinada autonomia e competência, seja ela por parte de educadores, ou tão somente através da inclusão e compreensão do próprio âmbito social. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central é só aprender, mas principalmente viver para aprender, estando integrado e interagindo com quem se encontra ao redor (Oliveira, 2007).

A educação é considerada como um direito fundamental, que está diretamente ligada na inclusão de direitos e de algumas políticas públicas, referente ao que se retrata a educação para a terceira idade exclusivamente.

No Brasil, a educação contempla a legislação educacional infantil, ou seja, ensino fundamental, médio e superior, porém, a educação de jovens e adultos e principalmente a educação a pessoa idosa fica nesse contexto a mercê de um deslocamento, tanto por ainda haver um preconceito social, como também a falta de credibilidade profissional e da própria sociedade nos indivíduos que na terceira idade procurem estudar.

Foi na deliberação da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, no eixo da educação, que ficou deliberado à promoção e a garantia do acesso à educação em todos os níveis de ensino, além de profissionais capacitados para o trabalho com idoso.

A inserção do envelhecimento e velhice para adequação e metodologia da EJA, trouxe a realidade e necessidades da pessoa idosa promovendo a inclusão tanto tecnológica como digital.

No texto base da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a educação é vista como “uma categoria associada à capacidade de oportunizar desenvolvimento pessoal, transformação e mudança social, além de qualificação para o trabalho e para vida coletiva.” (Safons & Pessoa, 2008: 31).

A educação passa a ser entendida em seu caráter permanente, para qual irá auxiliar diretamente na adaptação do indivíduo segundo o avanço da sua idade ou numa perspectiva de evolução constante e que exige cada vez mais capacidades, incluindo a capacidade laboral.

Com isso, exigem várias recomendações ao que se insere e diz respeito a educação, em especial a um ensino que seja compatível aos idosos, de modo em que respeite o ritmo de cada indivíduo, estimulando o mesmo para novas aprendizagens de uma maneira em que universalizada, estimule a autossuficiência e responsabilidade.

Por outra visão, a educação é pensada e encarada como uma base indispensável para uma vida ativa e digna, inclusive quando se trata do envelhecimento. No mesmo plano, uma grande quantidade de pessoas idosas no que condiz a países desenvolvidos chega a velhice com noções de escrita e leitura.

Para isso é necessário que a educação seja posta a qualquer indivíduo, desde a infância, para que de certa forma quando esteja na terceira idade o mesmo tenha condições de entendimento dos seus direitos e requerer melhores condições, além disso, a educação deve possibilitar ao indivíduo uma formação contínua para também inserir o mesmo no mercado de trabalho, já que, no entanto existem diversas limitações e burocracias para a inclusão de pessoas idosas no âmbito do trabalho, e dessa forma, com uma educação e com o empoderamento dos seus direitos o mesmo tenha condições de continuar trabalhando e exercendo seu papel de cidadão capaz de desenvolver suas atividades.

Desse modo, afirma-se que mediante ao amparo das políticas, a educação se constitui como direito fundamental da pessoa idosa, e de tal forma age como política, na medida em que propõe e possibilita aos mesmos meios para seu avanço social. Neste sentido, o reconhecimento da velhice é fundamental para a preparação e capacitação no enfrentamento da globalização, formação e para o mercado de trabalho, enfim,

permitindo que o idoso passe a se considerar capaz de integrar e articular suas necessidades e melhorando assim sua qualidade de vida.

As diretrizes internacionais de educação não se findam no direito de uma educação para todos. Atualmente, além de garantir acesso a educação, afirma-se a necessidade de uma educação de qualidade, enfim, efetivar o ensino e a aprendizagem para todas as pessoas de todas as idades, focalizando as necessidades de quem aprende e dinamizando a prática de quem ensina (UNESCO, 2005).

Entende-se que nas políticas específica para a educação, que o idoso em algumas leis é contemplado em alguns pontos, porém, ainda há a ausência de uma política pública específica para educação do idoso. Outro ponto de discussão refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (Lei 9394/96) que, em nenhum momento faz referência à educação para terceira idade ou a integração do tema envelhecimento aos currículos.

Já no que difere do Plano Nacional de Educação (Lei 10172/01), apresenta em seus objetivos e metas, o estímulo às universidades e organizações não governamentais a oferecerem cursos diretamente ligados a indivíduos da terceira idade. Além das limitações do objetivo, vale ressaltar que foi a primeira política educacional em nível nacional, no Brasil, que se abriu um espaço ao idoso.

Há de certa forma a necessidade de universalizar e melhorar a qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. Só assim, o idoso terá um espaço amplo nas tomadas de decisões e na aprendizagem, empoderando-se de seus direitos, e passando a acreditar que o mesmo tem total capacidade ao o que condiz ao desenvolvimento social. A educação e à promoção da equidade, independentemente de idade, raça, religião ou classe social, reduzindo assim as desigualdades.

1.2 Reflexões sobre aprendizagem e a alfabetização da pessoa idosa

Tem-se a preocupação em reunir algumas informações sobre a necessidade de um olhar mais atento para pessoas idosas, devido a necessidade de esforços para a alfabetização dessa parcela da população, e, tendo em consideração os anos de vida como um valioso caminho de experiência.

Um estudo feito pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** registra que, a população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhando 4,8 milhões de idosos desde 2012, e superando a marca dos 30,2 milhões em 2017. Ou seja, durante muitos anos os brasileiros se orgulharam de viver diante de uma população jovem, por isso encontra-se uma imensa desvalorização a experiência de indivíduos mais velhos. Dessa forma aumentando intensamente o preconceito de pessoas idosas no âmbito educacional.

Atualmente, o nosso país tem a consciência e a necessidade de reduzir significativamente a taxa de analfabetismo, principalmente visando pessoas da terceira idade que são os mais impactados por sua vez em meio à efetivação dos seus direitos e no enfrentamento das demandas do cotidiano. O dever do estado através da **Constituição Federal de 1988, no seu (Artigo 208)**, cita o direito à educação como um fator fundamental para jovens e adultos. Ou seja, a carta constitucional vem estabelecer que o ensino fundamental obrigatório e gratuito seja extensivo para todos os brasileiros que não tiveram acesso à escola na idade apropriada.

Dessa forma vemos diversos desafios que exigem determinação e busca de uma significativa redução do analfabetismo, investindo em programas de educação para jovens e adultos com ações que transformem essa parcela da população, dando aos mesmos o direito básico de ler e escrever.

É através desse cenário que idosos devem descaracterizar uma visão de preconceito que já vem dando crescimento ao longo dos anos através da inserção de jovens e adultos dentro da sala de aula, provendo uma inclusão necessária para a aprendizagem dos demais indivíduos. Exemplos que traz como característica principal que idosos são incapazes de aprender, mesmo tendo como vista que a aprendizagem não é determinada através de uma estatística feito por idade, mas, a capacidade de cada um está centralizada no interesse como um todo de aprender; seja essa capacidade vinda da criança do adolescente do adulto, do idoso.

É por conta dessas questões que o enfrentamento da alfabetização de jovens e adultos ainda tem sido um grande desafio, o preconceito por sua vez desvaloriza a capacidade de cada um de aprendizagem, trazendo um efeito de desinteresse dessa parte da população de buscar por sua aprendizagem e da garantia de direitos básicos que retrata e inclui a educação.

O analfabetismo é uma questão que em termos sociais está relacionada na contemporaneidade por criança, adolescentes, adultos, /ou pessoas idosas que por algum motivo não tiveram acesso à aprendizagem que se resumem nas restrições de oportunidades básicas como, ler e escrever. Por tanto,

O governo federal foi à instância que concebeu, financiou e coordenou a maior parte das campanhas e programas da alfabetização dos jovens e adultos, dessa forma contribuindo de forma significativa para alfabetização dos demais indivíduos.

O sistema de ensino básico brasileiro é descentralizado, e são os estados e municípios, que mantêm as redes escolares, capazes de acolher a maior parte dos estudantes jovens e adultos (inclusive aqueles oriundos dos programas de alfabetização organizados por iniciativa da sociedade civil), proporcionando-lhes a continuidade dos estudos e a consolidação das aprendizagens. (UNESCO, 2008, P. 42)

Desse modo, sabemos que muito idoso ainda procura continuar os estudos, mas, as oportunidades e a carência de aprendizagem por inúmeros fatores impedem a efetivação do mesmo. A precarização das políticas de educação torna-se fatores que contribuem para a não aprendizagem de jovens e adultos, ocasionando no futuro cidadãos que não tem compreensão de direitos que lhes são oferecidos. Assim, o analfabetismo pode ocasionar no cidadão dificuldades no meio social, desde a maneira que é tratada em alguns setores públicos ou privada, até mesmo ao modo de comunicação ocasionando constrangimentos, que de fato se houvesse uma alfabetização para tais indivíduos, logicamente essas expressões seriam minimizadas no meio social.

As maiores taxas de analfabetismo se encontram entre as pessoas mais idosas, os afro- descendentes, os mais pobres, os que vivem na região nordeste e que estão na zona rural do Brasil. Portanto, ao considerar a educação como direito de todos, ao longo dos

tempos buscando uma perspectiva inclusiva, a conquista deste direito pelas pessoas idosas consideradas analfabetas no Brasil se faz mais que necessária enquanto desafio para uma sociedade que se diz democrática. É desse modo que encontramos as dificuldades, pois mesmo que os enfrentamentos dessas questões tenham efeitos democráticos, a democracia torna-se um campo de limitações, e não efetiva de forma correta o direito à educação para as pessoas que se encontram numa realidade menos favorecida na sociedade. É dessa forma que buscamos por interesses de educar o idoso, não somente numa perspectiva pedagógica didática, mas na busca de superar as limitações de desenvolvimento social, de intelectualidade, de relações com outras pessoas que tenham diferentes aspectos umas das outras. Afinal, o idoso tem mais do que a capacidade de desenvolvimento na sociedade, não vem ao caso principal a idade, pois isso não diz muito com a capacidade intelectual de cada um em aprender e a desenvolver seus objetivos.

Segundo o termo cunhado por André Lemieux, pesquisador canadense, em 1997, GERONTAGOGIA é uma ciência educacional indisciplinar que tem como objetivo o estudo da pessoa idosa em situação pedagógica, ou seja, (ensino e aprendizagem), já a gerontologia é a ciência que traz a característica que se debruça nos estudos que ligam o envelhecimento à velhice.

Esses termos nos levam a compreensão do sujeito idosos como uma pessoa que traz a possibilidade para a sala de aula em uma larga experiência de vida e, desse modo, uma leitura mais ampla de mundo. Isso significa que pessoas idosas consideradas analfabetas podem não ter o abito de ler e escrever, mas quando seres pensantes expressam palavras que fazem parte da alfabetização, desse modo relacionando as palavras com a realidade.

Quando tratamos de alfabetização da pessoa idosa não tratamos apenas de uma visão que traga para o âmbito social um idoso que saiba apenas ler e escrever, mas, tendo uma visão além que proporcione ao indivíduo alfabetizado o discurso de impoderamento das questões sociais que os mesmos enfrentam no dia-a-dia, buscando por uma compreensão do seu papel de cidadão e focando na instabilidade dos seus direitos básicos.

O cidadão que procura por uma forma de se alfabetizar ele tem uma preocupação muito além do que mesmo uma aprendizagem específica pedagógica, mas uma necessidade de enfrentar diversas questões que hoje são postas, seja essas no âmbito da política, do lazer, da família, da educação, da saúde, entre tantas outras.

Numa visão pedagógica os educadores têm o papel de desenvolver e manifestar a efetivação dos direitos básicos aos indivíduos, jovens, adultos, crianças e idosos, o acesso à educação e a aprendizagem de qualidade. Portanto, sabemos que as restrições no meio social e econômico, partindo desde o preconceito, das dificuldades, da pobreza, da falta de moradia digna, da violência e da não efetivação dos direitos dificultam não só o trabalho do profissional da educação, mas, dos cidadãos que buscam pelo o acesso ao âmbito educacional.

Além da força de vontade das pessoas idosas em continuar os estudos, exige-se dos educadores uma formação eficaz e eficiente com uma qualificação que ofereça um ensino de qualidade, onde, apesar das dificuldades, possam expressar aos que tem determinação e força de vontade o ensino qualificado que venha suprir as necessidades e a força de vontade daqueles que estão dispostos a aprender.

Não existe aluno sem professor. O professor/ facilitador de jovens e adultos é de fundamental importância, pois de nada adianta um bom programa, montado a partir da realidade do aluno, impresso com qualidade, se o facilitador não o estiver preparado para usá-lo, explora-lo, ir além dele e proporcionar ao aluno um ambiente favorável a aprendizagem através da confiança e da amizade. (CHAVES, 2007, p. 27).

Faz-se necessário que tenhamos professores capacitados para que possam se dispor a ensinar a esse grupo de pessoas para que haja um bom desenvolvimento no processo de alfabetização. E assim, que os voluntários que se dispor a fazer o papel do educador, adquiram técnicas para facilitar na aprendizagem do idoso. Também vale ressaltar que os mesmos tenham a facilidade para criar vínculos amigável com os idosos, e dessa forma facilitando o modo de ensinar, e a forma em que eles se dispõem em aprender.

É nessa perspectiva de inclusão por inteiro que o idoso busca por sua aprendizagem, busca por seus direitos busca por sua efetividade nas diversas camadas sociais. Uma visão ampla de um futuro pelo o qual o idoso não seja visto apenas por uma pessoa com experiência e ao mesmo tempo incapacitado de suas atividades

laborativas e intelectuais. Pois sabemos que com as diversas mudanças atuais o idoso busca tanto por uma vida saudável mentalmente e fisicamente como também por um estímulo de aprender e ingressar em diversos ambientes, escolar, universidades, na política, na saúde, no lazer e em todos os espaços que lhe são oferecidos como direito.

Os preconceitos aos poucos somem, e os idosos ganham seu reconhecimento, diante disso, vemos adultos e idosos hoje se formando, ingressados não somente nas escolas de ensino fundamental, mas no ensino superior na busca de superar todos os limites, na busca de enfrentar todas as questões que limitam a inclusão dos mesmos na aprendizagem, e dessa forma criando espaços de diversificação.

CAP. II – IDOSO E EDUCAÇÃO, UMA APRENDIZAGEM NECESSÁRIA PARA GARANTIA DOS DIREITOS

2.1 A inserção do idoso na política de educação e os desafios na efetivação dos direitos

A desigualdade remete ao ideário de igualdade social, e o discurso de defensores da cidadania buscando os direitos e a responsabilidade ética das políticas vigentes que assegurem o exercício da democracia.

Em uma questão neoliberal, a sociedade é marcada por processos de exclusão, que por meio desse sistema se agravam. É necessário que no cenário nacional aconteçam mais discursos sobre a inserção do idoso nos espaços de educação visando não somente uma questão educacional pedagógica, mas, fazendo uma releitura de seus direitos e empoderamento pessoal e social.

Ao articular a educação no mais amplo de seu sentido, provendo um processo de formação dos indivíduos como cidadãos consistem no foco da inclusão de pessoas da terceira idade para tanto, visando uma formação no seu mais amplo sentido, seja ele educacional político, social, e ético.

É visível na sociedade atual a dificuldade de pessoas idosas em exercer os seus direitos, fazendo com que os mesmos se insiram no que tange de violação dos seus direitos.

Dessa maneira devem-se criar mecanismos de conscientização da população em relação ao significado da velhice do respeito ao patrimônio cultural dos idosos oportunizando a atividades que visem à autoestima, uma educação pautada no respeito da maneira de pensar, interagir, e se sentir útil no meio social, garantindo sua participação nas tomadas de decisões e sobretudo desenvolvendo a consciência em relação aos seus direitos.

Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, na nova estrutura do Ministério da Educação, marcou o reconhecimento da necessidade de concretizar a agenda de inclusão educacional para o enfrentamento dos principais desafios da enorme dívida histórica do país no que se refere à educação, não de forma pontual, mas, buscando uma educação continuada, firmando compromissos que remetam à democratização dos sistemas de ensino e à criação de instrumentos que garantam a educação para todos.

Ao pensar em contribuir para a educação voltada para a terceira idade, falamos numa valorização da identidade do sujeito com o pensar sobre vários fatores, idade, igualdade de gênero, cultura política, economia, empoderamento pessoal, etc.

A categoria “terceira idade” foi trabalhada nos anos 60 e se refere a uma emergente realidade da velhice ligada a um novo tempo de lazer e não mais associada à miséria, doença e decadência, o que, em geral, ocorria após a aposentadoria (FRUTUOSO, 1996, p. 33).

Pontuar a terceira idade no âmbito educacional se torna essencial no enfrentamento das questões atuais da sociedade, onde o idoso que tem uma educação formal se torna mais empoderado de seus direitos e deveres, contribuindo para uma formalização no trabalho, lazer, na política, no âmbito familiar, e se articulando de forma mais propícia as dificuldades encontradas.

No entanto encontramos dificuldade ao perceber que ainda permanecem inúmeros casos de violência, seja doméstica, financeira, patrimonial, e acreditar que de fato a educação contribui com essas questões é um ponto essencial para que possamos trabalhar o indivíduo de forma em que ele se torne mais firme nas suas decisões.

Quando falar em contribuição educacional do mesmo, estamos falando da inclusão desses indivíduos não somente em saber ler e escrever, mas de tomar suas próprias decisões e ter a autoestima capaz de formar uma socialização, brincar, dançar, exercer o papel de cidadão na política, na família, na saúde, na economia, etc.

Atualmente ao assumir um papel educativo, a sociedade tem um poder transformador, uma vez que se busca através dela, reformulação dos ideais sociais, político, científica e culturais. A educação responde e encontra nos processos educacionais pressupostos que vão suprir a constituição pessoal inacabada, de fato, independentemente de sua idade ou situação social, a sociedade remete ao papel de incluir indivíduos para que os mesmos reflitam e atuem com seu papel de cidadão empoderado de seus direitos.

É por meio da educação que é possível reconhecer as capacidades de mudança da população que, uma vez instruída, tem a capacidade de discernir entre o que é correto

e errado. Desse modo, as opiniões são postas de novas mudanças para a estruturação de uma sociedade mais digna, justa e igualitária.

As diretrizes de educação não se findam no direito de uma educação para todos. Atualmente, além de garantir acesso a educação, afirma-se a necessidade de uma educação de qualidade, enfim, efetivar o ensino e a aprendizagem para todas as pessoas de todas as idades, focalizando as necessidades de quem aprende e dinamizando a prática de quem ensina (UNESCO, 2005).

Desta forma, a educação é essencial na formação e instrução de um novo homem, por meio do processo de socialização e integração, é possível desmistificar os choques culturais e sociais presentes na sociedade, partindo do pressuposto em que a população exige cada vez mais condições de acesso à educação, exigindo qualidade e que proporcione a mesma uma formação que contemple as necessidades e aspirações populacionais independente de idade ou classe social.

Referenciando o estado máximo do lucro, estabelece em suas estruturas condições muitas vezes limitadas de acesso a uma educação de qualidade, principalmente para a população mais pobre, dando cada vez mais ênfase, a um estado mínimo das condições básicas apenas como sobrevivência. Partindo de uma questão do Estado, sabemos que existem inúmeras limitações, estabelecendo de tal forma condições muitas vezes limitadas de acesso a uma educação de qualidade, principalmente para a população mais pobre, dando ênfase, a um estado mínimo das condições básicas para a sobrevivência desses indivíduos.

É neste momento que ao perceber as limitações enxergamos os problemas que surgem impactando em todo um sistema de estrutura do indivíduo, prejudicando de fato ao seu acesso nos mais diversos planos de socialização, sejam eles culturais, políticos, familiar, educacional, etc.

Através dos privilégios de classes o capitalismo se molda, dando a educação um serviço de manutenção que por maior ênfase dá as classes mais privilegiadas maior acesso a uma educação de qualidade. A ideologia liberal que dá sustentação ao sistema capitalista coloca de tal forma uma questão em termos de diferenças individuais, ou seja, atribui ao próprio indivíduo o seu sucesso ou fracasso social, acreditando as classes subalternas que suas condições de vida são resultados da vida que levam ou

simplesmente da falta de oportunidade que são dadas aos mesmos. Condicionando uma ordem social histórica envolvendo política, economia e social, que levam algumas pessoas ao sucesso e outras a marginalização ou exclusão do sistema como um todo.

A partir dessas condições, encontramos as desigualdades sociais, onde representam inúmeras impossibilidades de reestrutura econômica, política e social. Desse modo a população muitas vezes se encontra à mercê da injustiça, sendo colocados seus interesses e aspirações em segundo plano. A desigualdade social está inteiramente ligada a injustiças sociais, pautadas na diferença. Já a inclusão, se dispõe na ênfase que está diretamente ligada ao direito à liberdade.

2.2 Desafios e superação na efetivação dos direitos dos idosos no âmbito educacional

Superar e promover a alfabetização de jovens e adultos é um desafio que se encontram distantes de equacionar, e constituem temas que os governos e a sociedade devem enfrentar permanentemente. Por exemplo, a falta do entendimento educacional básico ocasiona inúmeros fatores na sociedade principalmente no empoderamento em relação aos direitos básicos constituídos pela Constituição Federal de 1988, e o enfrentamento das necessidades em vigor da Questão Social.

A inclusão do idoso no âmbito educacional é de extrema importância, pois remete ao mesmo o empoderamento de seus direitos e o reconhecimento de sujeito capaz de manifestar sua capacidade de aprendizagem e interação social. São de extrema importância a universalização do direito e a do Estado quanto à execução das políticas.

É nessa perspectiva que encontramos as dificuldades da inclusão dos idosos no sistema educacional, sendo assim, mesmo com a diversificação dos equipamentos na área das políticas públicas os idosos por muitas vezes são limitados, não tão somente por a diferença de idade, mas por a incapacidade que a própria sociedade prega como característica principal do idoso. Os limites e precarização encontradas possibilitam um maior índice de preconceito e falta de atenção ao que tange a inserção de indivíduos com idades avançadas aos seus direitos

Tanto a crítica à formação hierárquica da sociedade brasileira, quanto à inclusão do conjunto dos brasileiros vítimas de uma história excludente estão por se

completar em nosso país. A barreira posta pela falta de alcance à leitura e à escrita prejudica sobremaneira a qualidade de vida de jovens e de adultos, estes últimos incluindo também os idosos, exatamente no momento em que o acesso ou não ao saber e aos meios de obtê-lo representam uma divisão cada vez mais significativa entre as pessoas. No século que se avizinha, e que está sendo chamado de "o século do conhecimento", mais e mais saberes aliados a competências tornar-se-ão indispensáveis para a vida cidadã e para o mundo do trabalho. Adulto é o ente humano já inteiramente crescido. O estado de adulto (adultícia) inclui o idoso. Este parecer compreende os idosos como uma faixa etária sob a noção de adulto. Sobre o idoso, cf. art. 203, I e 229 da Constituição Federal. (Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos, 2000: 11).

O idoso tem um papel muito importante na construção história da sociedade, e na atualidade vislumbra um papel desafiador pela modificação das expressões sociais, e pela falta de conhecimento dos direitos básicos, no que tange a educação, o analfabetismo tem uma grande relação com problemas enfrentados por idosos, que por sua vez, a falta de conhecimento ocasiona a falta do emponderamento das relações de direitos, e que na maioria das vezes se encontram a mercê da violação dos mesmos; dificultando a relação social, econômica e familiar dentre outras situações que são submetidos todos os dias perante a sociedade.

Dessa forma o idoso encontra dificuldade de diversas formas nas relações cotidianas e sociais por não terem a oportunidade do acesso à educação, ainda que de forma básica se constitua como um grave problema social que tem se naturalizado na sociedade mesmo após a instituição do Estatuto do Idoso, em LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 e da Constituição Federal de 1988, considerado um marco da legislação brasileira para garantia e promoção dos direitos pertinentes a pessoa idosa.

A Educação possibilita o acesso democrático e também permite que o idoso exerça o papel de cidadania e a permanência nas escolas e em meios públicos garantidos como direitos básicos para o cidadão.

Enquanto direito social inscrito na Constituição como direito de todos e, portanto, dever do Estado e, destarte o seu caráter universal e gratuito, a educação ainda carrega o traço de uma política elitizada e desigual. Nessa perspectiva, a efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cuja importância adquiriu status de pilar da educação, reconhece que as disparidades sociais impactam negativamente no acesso a esse direito assegurando, para tanto, que “o ensino será ministrado com base nos seguinte princípio: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996)

Com a educação o homem se instrumentaliza culturalmente, e passa a ser capacitado para as transformações da sociedade capitalista, onde dessa forma é capaz de discutir, analisar e desenvolver o papel de cidadão reconhecendo seus direitos e deveres.

Desde os primórdios o país se preocupa e tem total atenção ao crescimento econômico e político, mas, desfavorecendo as classes mais subalternas, desconsiderando negros, pobres, e as demais camadas populares. É dessa forma que o Estado justificam as demandas econômicas do país, culpabilizando a sociedade mais necessitada, onde não toma nenhuma providência para superação do analfabetismo e demais expressões da Questão social.

No Brasil o grau da desigualdade social é bem mais elevado do que em outros países, onde os recursos são escassos não só na educação, mas de todas as políticas que sejam públicas e/ou sociais, limitando a qualidade de ensino e reduzindo a aprendizagem dos alunos. Numa reflexão sobre as refrações que o capitalismo impregna na sociedade, quem mais sofre com essas questões, principalmente com a falta de oportunidades, são pessoas que vivem à mercê dessas desigualdades e convivem com a pobreza, com o preconceito, racismo, e de fato com a violência.

Segundo a UNESCO (2008, p. 24), citado por UNESCO (2010, p. 18),

Prover a igualdade de oportunidades na educação é uma das condições mais importantes para superar a injustiça social e reduzir as disparidades sociais em qualquer país [...] e também é uma condição para fortalecer o crescimento econômico. UNESCO (2010, p. 18)

Enquanto isso, o modo de produção capitalista divide em classes, capitalista e subalterna, de um lado, uma faz o controle e detém toda uma riqueza socialmente

produzida, e logicamente, enquanto uma detém todas as riquezas da sociedade, a outra sofre as consequências, onde os princípios humanos são excluídos e a desigualdade social abrange uma onda de exploração da força de trabalho, pauperização, saúde precária, educação com o mínimo de qualidade, e também o preconceito que gera uma série de fatores pelo qual na terceira idade as oportunidades se tornam menores ainda ao acesso à educação, também se destaca a falta de moradia digna, entre outros fatores.

A Política Nacional do Idoso no trato com a questão do direito à educação reconhece a pessoa idosa como sujeita a quem se destina o direito de acesso ao ensino público regular, não obstante, o reconhece como objeto de estudo incluindo, por exemplo, as disciplinas de gerontologia e geriatria nos currículos, adequando currículos mínimos, em diferentes níveis de ensino formal tratando do processo de envelhecimento como forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o tema (BRASIL, 1994).

CAP. III - A IMPORTANCIA DA INSERÇÃO DO IDOSO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA ATUALIDADE

3.1 Metodologia

A pesquisa utilizada no determinado trabalho, fez a opção pelo o método qualitativo, o objetivo da pesquisa qualitativa é investigar de maneira segura e mais aprofundada a opinião de determinado publico. Giovinazzo (2001) nos esclarece que a pesquisa qualitativa é útil para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade.

É um recurso utilizado quando se tem o objetivo de explicar como as pessoas pensam, agem e expõe suas idéias, podendo ser classificada como descritiva exploratória, ou seja, explorar um problema, e assim fornecer informações para uma investigação mais precisa. Ela se concentra na descoberta de ideias e pensamentos. Costuma ser a pesquisa inicial em uma ideia hipotética ou teórica. É aqui que um pesquisador tem uma ideia, ou vai buscar compreender melhor algo que ele observou, e explicativa, na tentativa de explicar conectando as ideia, de modo a compreender as causas e efeitos de determinado fenômeno, é onde o pesquisador tenta explicar o que está acontecendo. A opção em usar a pesquisa qualitativa foi por acreditar que essa metodologia possibilita se ter uma ideia mais ampla acerca do objeto que certamente torna a pesquisa mais rica, permitindo assim uma melhor compreensão dos temas abordados.

Segundo Minayo (1996), os dados qualitativos incidem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de envolver os indivíduos em seus próprios termos, permitindo que o pesquisador tenha flexibilidade e criatividade no momento da coleta e também ao analisá-los. “A metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”.

Segundo Minayo;

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes. Desta forma, a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica. (MINAYO, 2004, p. 26).

Desse modo, RICHARDSON (2012), define o que o método qualitativo difere de princípios do quantitativo, porém, não emprega um instrumental estatístico como base no processo de análise de um problema. Sendo assim, a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, pode ser uma forma mais adequada de entender a natureza de um fenômeno social.

Das pesquisas descritiva, exploratória e explicativa Richardson a caracteriza como sendo,

[...], descrição para descrever aspectos de uma população ou analisar a distribuição de determinadas características ou atributos [...]; Explicação [...] tem como objetivo básico a descrição; outras pretendem explicar aspectos referentes à população, [...]; Exploração, [...], podem proporcionar um meio de busca, quando o pesquisador está começando o estudo de determinado tema. (RICHARDSON, 2014, p. 146).

Quanto às técnicas que foram utilizadas nesta pesquisa foram, bibliográfica e observação. Onde inicialmente espera-se que tais resultados sejam positivos, principalmente no que se refere à abordagem do tema, e a preservação na busca pelo

conhecimento sobre a inclusão do idoso no âmbito educacional e a importância que se dá na efetivação dos direitos.

A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. (Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007).

A pesquisa inicializou a partir do Estágio Supervisionado I e II, no entanto, teve um período médio de um ano e meio de pesquisa, pesquisa utilizada através de características e observações a partir de demandas no local de estudo. A bibliografia inicia-se através dessas observações que ocasionou em um interesse maior pela a temática, e dessa forma o projeto começou a dar ênfase e concretização dos fatos.

3.2. Análise da importância que se tem a inserção do idoso na política de educação e na efetivação de direitos a partir da perspectiva envolvendo os idosos do grupo de idosos do cras timbaúbas na cidade de Juazeiro do Norte – CE

Ao observar carência de alfabetização no acompanhamento do grupo de idosos no CRAS Timbaúba, na cidade de Juazeiro do Norte Ceará, em cumprimento da disciplina obrigatória de Estágio Supervisionado I e II do curso de Serviço Social do Centro Universitário – Unileão observou-se uma demanda crescente que abstrai a carência de aprendizagem em termos de alfabetização de idosos que frequentam o grupo de idosos pelo qual nesse período foi feito o acompanhamento. Devido essa carência, foi discernido também que à proporção que essa falta de aprendizagem traz para os idosos, também acarretou em inúmeros momentos a falta de empoderamento enquanto garantia de direitos dos mesmos. Dessa forma, surgiu a indagação a respeito desta problemática.

Durante o período de estágio supervisionado I e II, com o grupo sentiu de perto a experiência, pois o contato pessoal propiciou um envolvimento no qual o momento presente, permitiu entender os costumes, as normas e as rotinas no cotidiano dessas pessoas e os sentimentos gerados em cada tentativa de adaptação às novidades do mundo contemporâneo, principalmente ao envolvimento dos demais em relação à educação e direitos de idosos.

Este período vivido entre pesquisadora e participantes do grupo criou um vínculo de confiança entre os mesmos e isto permitiu observar como esses idosos pensam sua maneira de agir diante das dificuldades de adaptação encontradas com relação ao modernismo e a exposição de suas idéias. Muitos aproveitaram o momento para recordar e fazer comparações entre os tempos de juventude e o atual, se sentindo satisfeitos pela oportunidade de falar e dar sugestões, o que os faz sentir importantes, contribuindo com a história que, certamente ficará registrada para a posteridade.

“... Todo o homem em qualquer lugar, em qualquer circunstância, está envolto no processo educativo. Não é possível pensar e fazer educação desvinculada da realidade. A educação precisa voltar-se para a realidade, mas principalmente transformá-la.” (EDUCAÇÃO: **integração, inserção e reconhecimento social para o idoso**; Paola Andressa Scortegagna & Rita de Cássia da Silva Oliveira; Revista Kairós Gerontologia, 13 (1), São Paulo, junho 2010: 53-72).

É considerado idoso todo e qualquer indivíduo com 60 anos ou mais, sendo que essa é uma população que vem se desenvolvendo a cada dia nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil onde a expectativa de vida aumentou bastante e segundo pesquisas a longevidade continuará crescendo e em 2025. O Brasil será o sexto país em número de pessoas idosas, chegando a 18 milhões a população idosa que irá superar a população jovem. Portanto, o Brasil será um país de idosos. Com o aumento do número de pessoas com 60 anos ou mais, precisamos nos preocupar como está vivendo o idoso nos dias atuais, como está sendo a qualidade de vida deles e o que está sendo feito para melhorar ou adequar a cidade para proporcionar melhores condições de vida para essas pessoas.

“...O indivíduo aprende constantemente em sua vida; assim, a educação não pode ser caracterizada apenas como uma etapa com tempo e espaço pré-determinados.” (EDUCAÇÃO: **integração, inserção e reconhecimento social para o idoso**;

Apenas de uma vida estabelecida somente por saúde, mas ao envolvimento de diversos fatores pelos os quais pessoas com a faixa etária de 60 anos ou mais necessitam para se sentir incluso numa sociedade tão diversa e moderna. Portanto, devido a tantas mudanças hoje se ver um aumento de pessoas idosas em procura de alguma forma de aprendizagem e alfabetização, não somente pelo fato de querer aprender a ler e escrever, mas para manter uma conexão com demandas atuais e desenvolvimento humano.

No entanto, as políticas públicas voltadas a atenção e ao tratamento desse idoso devem estar dentro desta expectativa, oferecendo-lhe saúde, proteção e segurança de qualidade. Devemos aprender a respeitar o desejo do idoso, sempre orientando-o e explicando-o o que deve ser melhor para ele, mas devemos respeitar suas decisões com tolerância e sem indignações. Devemos aprender a lidar com a pessoa idosa respeitando as suas limitações, sejam físicas, psicológicas ou biológicas, pois para o idoso ter uma qualidade de vida é preciso ser aceito na família, na comunidade e manter sua cidadania e hábitos culturais sem qualquer tipo de preconceito.

Segundo o Art. 20, do Estatuto do Idoso;

“O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.” (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, art. 20).

Ou seja, o idoso goza de muitos fatores para se sentir imponderado ao o que condiz o entendimento dos seus direitos e da aprendizagem, devemos entender que para qualquer cidadão de qualquer idade, é necessário que se faça presente a aprendizagem e o desenvolvimento humano que mantenha a inclusão de qualquer indivíduo que queira aprender e se desenvolver diante de uma sociedade atual e moderna.

Para tanto, o presente projeto mostrou desde o início que para o desenvolvimento do idoso, não basta somente o apoio de educadores e das políticas

públicas voltadas para a área educacional, mas também o papel familiar e da sociedade é inteiramente importante para o desenvolvimento e aprendizagem da pessoa idosa. Desde o momento de afeto em aprender a ler e escrever, como também para o desenvolvimento de atribuir os seus direitos de forma positiva e entendida pelo os mesmos.

A etapa da vida caracterizada como velhice, com suas peculiaridades, só pode ser compreendida a partir da relação que se estabelece entre os diferentes aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Essa interação institui-se de acordo com as condições da cultura na qual o indivíduo está inserido. Condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e também do idoso. Há uma correspondência entre a concepção de velhice presente em uma sociedade e as atitudes frente às pessoas que estão envelhecendo (IRIGARAY; SCHNEIDER, 2008, p. 585).

Com isso, uma sociedade que estabelece em meio e suportes educacionais a inserção do idoso na educação, consegue estabelecer o empoderamento do mesmo no que tange a efetivação dos seus direitos, desde o mais simples ao mais complexo. Desde o período de apreciação do tema, foi observado que a falta de empoderamento do idoso quanto aos seus direitos dificultam a partir da falta de aprendizagem, seja ela simples como ler e escreve, ou seja, ela mais complexa. Digamos que idoso sofre mais violência financeira a partir do momento em que ele não consegue disseminar determinadas situações e se expõe ao momento de forma inocente e negativa, pois, não somente a sociedade, mas a família principalmente está sobrepondo ao fato negativo de expor este idoso a situações de violência, etc.

Segundo Cachioni (2005), a partir da década de 1990, observou-se a criação de espaços voltados exclusivamente para a reunião de pessoas idosas, como os grupos de convivência, as associações de aposentados, as escolas abertas e as

universidades da terceira idade. O elemento fundamental na afluência dos participantes nesses programas é a idade cronológica, que determina tanto a afluência, quanto as exercícios desenvolvidos. (CACHIONI, M. 2005. p. 207-210).

. Às atividades oferecidas para os idosos, as universidades da terceira idade destacam-se como pressuposto a noção de que as atividades promovem a saúde, o bem-estar psicológico e social e a cidadania das pessoas idosas originando um desenvolvimento amplo e satisfatório para uma determinada geração da terceira idade que se interesse pelo o âmbito educacional, proporcionando a efetivação das suas necessidades de emponderamento social

Foi durante o período do estágio onde pude observar diante de minha pesquisa uma imensa falta de aprendizagem dos idosos, desde o simples ato de assinatura, até a falta de compreensão diante das dinâmicas que fazíamos durante os encontros. Dessa forma, ao observar essa carência para com eles, foi também encontrado o fato que vos dar a falta de emponderamento diante das questões que envolvem seus direitos básicos, como saúde, educação, lazer, família, financeiro. Essas demandas trouxeram a tona também o envolvimento que a falta da alfabetização na vida do idoso pode ocasionar, muito deles são violentados de diversas formas, principalmente quando se trata da violência financeira que é a mais óbvia de presença diante dos idosos.

O idoso que tem a capacidade e a força de vontade de aprender consegue viver com mais leveza, pois diante de uma dinâmica de alfabetização, o mesmo não só aprende a ler e escrever, mas, ao mesmo tempo consegue se inteirar da capacidade de leitura do cotidiano, ele passa a interagir com outras pessoas, e ao interagir, também consegue ser mais imponderado diante das mazelas do habitual do dia-a-dia.

O idoso encontra-se dentro em legislações específicas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000), o idoso é citado, porém dentro desta modalidade.

Tanto as críticas à formação hierárquica da sociedade brasileira quanto à inclusão do conjunto dos brasileiros vítimas de

uma história excludente estão por se completar em nosso país. A barreira posta pela falta de alcance à leitura e à escrita prejudica sobremaneira a qualidade de vida de jovens e de adultos, estes últimos incluindo também os idosos, exatamente no momento em que o acesso ou não ao saber e aos meios de obtê-lo representam uma divisão cada vez mais significativa entre as pessoas. No século que se a vizinha, e que está sendo chamado de "o século do conhecimento", mais e mais saberes aliados a competências tornar-se-ão indispensáveis para a vida cidadã e para o mundo do trabalho. Adulto é o ente humano já inteiramente crescido. O estado de adulto (adultícia) inclui o idoso. Este parecer compreende os idosos como uma faixa etária sob a noção de adulto. Sobre o idoso, cf. art. 203, I e 229 da Constituição Federal. (Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos, 2000: 11).

Entende-se que o idoso que se mantém incluso dentro de uma política que esteja adequado para as atividades educacionais e de enfrentamento as questões cotidianas de aprendizagem, desfrutam da capacidade de enfrentamento ao que enquadra a garantia dos direitos básicos. O idoso que sabe ler e escrever está mais atento nas questões de violências, principalmente a financeira que é uma das mais envolventes aos mais velhos, na busca não somente de estabelecer aos mesmos a prática de roubo, mas aos próprios familiares que abusam e violenta esses cidadãos de forma covarde, correspondendo a falta de emponderamento do idoso.

E é diante dessa conclusão que não implica a idade cronológica do aluno e sim o atendimento de suas necessidades diante das mudanças que precisam acontecer em sua vida, cujo fim se releva através de métodos flexíveis que levam a alcançar o objetivo proposto. Tudo isto, atrelado a uma conscientização maior da importância da educação para mudar esse modelo da velhice em si, acaba se tornando muito produtivo, tanto para instrutores, quanto para educandos, pois os dois lados garantem novos conhecimentos sobre o tema, trocando ensinamentos, o que auxilia o idoso e incentiva a participar cada vez mais, com confiança e seguro de que poderá atingir mais esse desafio.

Vale ressaltar que o acesso à educação, está ligada a um fator de crescimento, de conhecimento e de interação na busca de novas descobertas e vivências. Elementos que são essenciais para a vida do idoso e na preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável. De fato, a educação ou o aprender para o idoso tem uma visão diferente, e se refaz em outro objetivo. Para o mesmo, a escola não mais é um espaço de obtenção de diploma e sim para estabelecer pontes de comunicação com a sociedade, como já visto nos capítulos anteriores e em conceitos ditados no projeto, à educação é um caminho de reintegração social, dado que a perda de funções deixa o idoso com o mínimo de alternativas.

A UNESCO, na década de 80, realizou estudos sobre as finalidades na educação de pessoas idosas e resumiu da seguinte maneira: (Schons, 2000, p.162)

Sinteticamente, foi considerado que a educação da pessoa idosa deve: 1. Considerar menos o conteúdo e mais o despertar nela a capacidade de confiança em si mesma, de sua autonomia e o de destruir os estereótipos negativos que poderão estar influenciando na sua vida. Aumentando o senso de suas responsabilidades, a pessoa idosa poderá melhorar sua saúde física e mental, o que contribuirá para que ela se afirme cada vez mais no dia-a-dia e no seu comportamento social; 2. Minimizar o isolamento, a solidão em que vivem muitos idosos, estimulando as relações com pessoas de sua geração e, também, com as de outras gerações; 3. Proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre, por exemplo, a passagem da vida ativa para a de aposentado, além de conhecimentos teóricos relativos ao processo de envelhecimento; ainda, atividades físicas, socioculturais e artísticas que possam interessar aos idosos;

Dessa forma objetivou o acompanhamento dos idosos em termos educacionais, não somente na busca de estabelecer um ensino diplomático, mas a interação dos indivíduos para com a sociedade de forma positiva e de enfrentamento das demandas com a visão de determinar aos mesmos a autonomia em situações diversas.

A educação é um forte quesito que muda o panorama dos privilégios dos idosos. Incontestavelmente, a educação não é privilégio apenas para pessoas mais jovens, ao contrário é um direito de todos, um instrumento que possibilita maior ênfase no combate às barreiras sociais, na busca de promover uma verdadeira cidadania que prepara gerações mais jovens para bem conviver com os mais velhos e a informar sobre sua futura velhice.

A valorização e respeito ao idoso surge como necessidade premente na distribuição mais equitativa do poder, possibilitando uma perspectiva de rompimento com a discriminação generalizada atribuída a este segmento. O poder e seu exercício cotidiano assumem conceito central nos processos de transformação, desenvolvimento e promoção da cidadania dos indivíduos. (PEDAGOGIA SOCIAL: possibilidade de empoderamento para o idoso, Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2010).

Ao indagar a promoção da educação ao o que diz respeito ao idoso, lembramos que através da educação o intuito aos mais idosos é justamente a promoção de ideais que possibilitem o reconhecimento como cidadão de direitos, e o emponderamento de frequentes questões, incluindo o mesmo nas tomadas de decisões e aderindo a um formato de perspequitivas positivas que possibilitem a interação social, e a exclusão de preconceitos por conta da idade e do conhecimento tardio de alguns cidadãos.

Podemos afirmar segundo Paulo Freire que vem reforçar a importância da educação permanente quando coloca que (2003, p.73),

Diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação

exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela tem. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devanir da realidade.

Ou seja, os homens são capacitados para aprender, para ensinar, e para estarem em diversos espaços sociais, seja ela diferentemente de sua cultura, raça, religião, da sua indagação política e social. A capacidade de interação também se faz muito frequente no crescimento da inclusão do idoso na educação, de fato, ao inserir idosos no grupo de convivência no Centro de Referências de Assistência Social – CRAS encontramos tão somente a carência de aprendizagem alfabética dos idosos, mas, a questão de que os mesmos sentem a necessidade de aprender para enfrentar outras inúmeras questões que o rodeiam no cotidiano, e foi nessa perspectiva que a busca pelo o tema foi escolhido. Educação, aprendizagem e garantia de direitos, são eventos interligados diretamente com o fazer social para uma tentativa de que todos os cidadãos tenham como princípio a igualdade social.

Outro aspecto que deve ser ressaltado, diferentes tipos de experiências vivenciadas pelos idosos, que influenciadas por diversos fatores tem como direcionamento, os fatores históricos, culturais, regionais, sanitários, e condições sociais, no qual influencia diretamente na visão que o idoso tem sobre a importância da educação nesta fase da vida. A maioria incorpora em si preconceitos com relação a sua própria capacidade de aprender, mas isso, não condiz somente por um fator pessoa, mas a sociedade em si incorpora no próprio idoso a ideia de que estão ultrapassados para qualquer tipo de aprendizagem, dessa forma, estudos e pesquisas tem demonstrado que a memória, por exemplo, tem melhora a partir da aquisição de novos conhecimentos e solução de situações. Ou seja, a capacidade de aprendizagem está ligada a constante atividade do cérebro. Paulo Freire ajuda nesta reflexão quando coloca que: (Freire, 2003, p.37)

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se

transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

É importante observar com um aspecto mais amplo, que a educação não seja vista apenas como um meio para uma aprendizagem extra-escolar, mas, indagar que a educação é um complemento social. Ela deve assumir um papel resultante do sistema educacional vigente em que ofereça aos idosos alternativas de entender a realidade social. A educação que foi buscada aqui nesse projeto, teve como intuito entender a terceira idade como um processo civilizatório, aumento do nível intelectual e cultural dos cidadãos, uma teoria e uma prática de ação transformadora para o que tange todas as atribuições do cotidiano, desde o hábito de ler e escrever, ao entendimento de que os mesmos são cidadãos de direitos e que tem o empoderamento de estarem cientes das tomadas de decisões da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise que contribuiu para uma melhor reflexão social, e crítica acerca da realidade a qual está submetida essa parte da população que sofre por não terem o acesso à educação, onde na terceira idade enfrentam diversas expressões da questão social por não terem conhecimento dos direitos básicos, e sendo assim, tem como visão, uma forma de reeducação social para os mesmo de forma que amenize os impactos sofridos pela atualidade, e/ou danos acarretados ao idoso pela ausência desta.

Desta forma isso acaba sendo um problema social, pois o idoso atual é diferente daquele perfil de séculos atrás, o que passa a ser exigido aos meios governamentais ações que possam atender as demandas desses indivíduos de forma que sejam praticadas novas ações educacionais para este segmento e que seja permanente.

A educação não tem apenas característica escolar, o que possibilitou a afirmação dessa reflexão, foram os estudos feitos através de meios bibliográficos, na utilização e leituras de artigos, livros, meios virtuais, pesquisas em campos etc, mas, numa visão mais ampla das condições de ensino, possibilitou o entendimento que a educação ela passa a ser um desenvolvimento de novas habilidades onde se inclui o enriquecimento pessoal, do capital cultural, considerando a mesma como ponto positivo para a vida do idoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Estatuto do Idoso (2003). Estatuto do Idoso e normas correlatas. **Lei Federal nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003.

UNESCO. Os argumentos em prol da aprendizagem e educação de Adultos. In: _____. **Relatório global sobre a aprendizagem e educação de adultos**. Brasília. p. 18, 2010.

PINTO, Luis Fernando Silva. *O social inadiável*. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1984.

]

CARRO, Silvina Maria. A Assistência Social no Universo da Proteção Social – Brasil, França e Argentina. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro; v. 7, n. 25, julho de **2010**, p. **173-192**.

SPOSATI, Aldaíza. *História da pobreza assistida em São Paulo*. São Paulo: **Pontifícia Universidade Católica**, **1987**.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: USF/Cortez, 1997. P. 141-161.

FRUTUOSO, D. L. F. A terceira idade na universidade: estudo do campo de representação. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação/UFRJ, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIMENO SACRISTÁN, J. Políticas de La diversidad para una educación democrática] igualadora. In: SIPÁN COMPANE, A. (coord) (2001). **Educar para La diversidad em el siglo XXI**. Zaragoza (Espanha): Mira Editores.

OLIVEIRA, R. C. S.; OLIVEIRA, F.; SCORTEGAGNA, P. Inclusão, empoderamento e políticas educacionais: a educação ao idoso em processo de construção. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 1., 2012, Maringá. Anais eletrônicos... Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012. p. 1-14. Disponível em: . Acesso em: 4 maio 2014.

Freire,(2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castro, O. P.(2001). *Envelhecer: um encontro inesperado?* Sapucaí do Sul: Notadez.

Gadotti, M. (1984). *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Oliveira, R. C. S. (2007, dezembro). O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. *Revista HISTEDBR Online*, 28: 278-86.

Safons, M. P. & Pessoa, I. L. (2008). Educação, esporte, cultura e lazer para as pessoas idosas. In: *CNDI. Avaliação nacional dos direitos da pessoa idosa*. Texto-base. Brasília: secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Delors, J. (1999). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC, UNESCO.

Ministério da previdência e assistência social. Lei nº 8.842/ 1994. Política Nacional do Idoso. Brasília: DF, 1994.

_____. Ministério da educação. Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: DF, 1996.

DIOGO, M. J. D.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. Saúde e qualidade de vida na velhice. 2.ed. Campinas: Editora Alínea, 2006.

Delors, J. (1999). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC, UNESCO.

Estatuto do Idoso - Lei 10741/03 | Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, art. 20

IRIGARAY, T. Q.; SCHNEIDER, R. H. Participação de idosas em uma Universidade da Terceira Idade: motivos e mudanças ocorridas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 211-216, 2008. Disponível em: . Acesso em: 3 jun. 2014.

CACHIONI, M. Universidade da Terceira Idade. In: NERI, A. L. (Org.). *Palavraschave em Gerontologia*. Campinas: Alínea. 2005. p. 207-210.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

PEDAGOGIA SOCIAL: possibilidade de empoderamento para o idoso, Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2010 / <http://www.proceedings.scielo.br/>

EDUCAÇÃO: integração, inserção e reconhecimento social para o idoso; Paola Andressa Scortegagna & Rita de Cássia da Silva Oliveira; *Revista Kairós Gerontologia*, 13 (1), São Paulo, junho 2010: 53-72 (<http://revistas.pucsp.br/>)